

A IMPORTÂNCIA DA ADAPTAÇÃO DE INSTRUMENTOS NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA ÁREA JURÍDICA

Cláudia Maria Tamaso¹

O propósito do trabalho é refletir a respeito da importância da adaptação de instrumentos de avaliação psicológica na área jurídica. Compreendemos a adaptação de instrumentos psicológicos não como a simples tradução, mas como a equivalência do instrumento, ou seja, que dado item tenha o mesmo significado em diferentes culturas. Algumas dificuldades podem ocorrer nesse processo de adaptação, tais como a seleção de tradutores, a identificação da linguagem mais apropriada, a identificação e minimização das diferenças culturais e a busca de palavras ou frases equivalentes. A adaptação de instrumentos encontra-se inserida dentro das diretrizes da International Test Comition, sendo também adotada pelo Conselho Federal de Psicologia. É um desafio na área da avaliação psicológica gerar diversas formas de aplicações em relação aos diversos contextos, inclusive o jurídico. No mundo anglo-saxão um conjunto de instrumentos atende à demanda nessa área, os Forensic Assessment Instruments, mas são desconhecidos em nosso meio. O enquadre da avaliação psicológica no contexto judicial tem suas especificidades, tais como contexto coercitivo, a ausência de sigilo, informações que serão transmitidas a leigos, a distorção consciente das informações, discordância e verificação e papel investigativo que o perito deveria assumir. Diante deste contexto, outros instrumentos além da entrevista, ganham importância crucial na avaliação psicológica dentro do contexto jurídico. Estudos transculturais são imprescindíveis na avaliação da competência parental, mas também ao atuarmos junto à família do adolescente em conflito com a lei. A competência parental é um constructo vago, muitas vezes impreciso, necessitando que sejam descritos, podendo assim, estar no limiar entre os valores do próprio profissional e dos sujeitos a ele submetidos. No caso do trabalho com o adolescente em conflito com a lei, temos que ter uma prática interdisciplinar, não podendo a avaliação psicológica servir à patologização deste, mas intervir diante do meio familiar e social. Tendo como base as diretrizes da International Test Comition e as da Resolução nº 02/2003 do Conselho Federal de Psicologia é que concluímos pela grande relevância da adaptação de instrumentos de avaliação psicológica no contexto jurídico.

¹ Apresentadora. Faculdades Associadas De Ensino De São João Da Boa Vista. São João Da Boa Vista / SP. claudiatamaso@uol.com.br.